

---

**PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS  
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA GRANDE VITÓRIA ACERCA DO  
TEMA CONTABILIDADE AMBIENTAL**

***PERCEPTION OF ACCOUNTING SCIENCES STUDENTS FROM HIGHER  
EDUCATION INSTITUTIONS IN GREATER VITÓRIA REGARDING THE TOPIC OF  
ENVIRONMENTAL ACCOUNTING***

Analice Müller Pereira dos Reis da Silva<sup>1</sup>  
Julyana Goldner Nunes<sup>2</sup>

**RESUMO:** A crescente preocupação com os impactos ambientais e a necessidade de práticas sustentáveis têm ampliado o debate sobre o papel da Contabilidade Ambiental na formação dos futuros profissionais da área contábil. Este estudo teve como objetivo analisar o nível de conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de Vitória–ES sobre a temática, investigando sua compreensão conceitual, a presença do assunto na matriz curricular e sua percepção quanto à relevância para a prática profissional. A pesquisa, de natureza descritiva, utilizou abordagem qualitativa, complementada por técnicas quantitativas e aplicou um questionário estruturado a uma amostra de 72 estudantes, cujos dados foram tratados por meio de estatística descritiva. Os resultados apontam que, embora os discentes reconheçam a importância da Contabilidade Ambiental, grande parte deles apresenta conhecimento limitado sobre o tema, reflexo da ausência de disciplinas específicas e da pouca exploração da temática nos cursos analisados. Constatou-se também que os estudantes demonstram entendimento adequado de conceitos fundamentais, mas revelam desconhecimento quanto às normas contábeis ambientais e baixa percepção de preparo para atuar profissionalmente com informações ambientais. Conclui-se que há necessidade urgente de ampliar a abordagem da Contabilidade Ambiental na formação acadêmica, de modo a preparar profissionais capazes de atuar de forma ética, técnica e alinhada às exigências socioambientais contemporâneas.

**Palavras-chave:** Contabilidade Ambiental; Sustentabilidade; Formação Acadêmica; Ensino Superior.

**ABSTRACT:** Environmental concerns and the growing demand for sustainable practices have intensified the discussion on the importance of Environmental Accounting in the education of future accounting professionals. This study aimed to analyze the level of knowledge of Accounting Sciences students from Higher Education Institutions in Vitória, Brazil, regarding this topic, examining their conceptual understanding, the presence of the subject in the curriculum, and their perception of its relevance to professional practice. This descriptive research adopted a quantitative approach and applied a structured questionnaire to a sample of 72 students, with the data examined through descriptive statistics. The results indicate that although

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Salesiano (UNISALES). Vitória-ES, Brasil. analicemullerpereira@gmail.com

<sup>2</sup> Centro Universitário Salesiano (UNISALES). Vitória-ES, Brasil. jnunes@salesiano.br

students recognize the importance of Environmental Accounting, most have limited knowledge of the subject, largely due to the absence of specific courses and the insufficient exploration of environmental themes in the programs analyzed. The findings also show that students demonstrate adequate understanding of basic concepts but lack familiarity with environmental accounting standards and do not feel adequately prepared to work with environmental information in a professional context. The study concludes that broader integration of Environmental Accounting into academic programs is essential to prepare professionals capable of acting ethically, technically, and in alignment with contemporary socio-environmental demands.

**Keywords:** Environmental Accounting; Sustainability; Academic Training; Higher Education.

## 1 INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias da informação proporcionou mudanças significativas no modo como a sociedade acessa e compartilha informações, inclusive relacionadas às questões ambientais. Esse processo tem contribuído para ampliar a percepção sobre os impactos negativos da degradação ambiental e estimular comportamentos voltados à preservação dos recursos naturais (ONU, 1990). Nesse contexto, governos, empresas e instituições de ensino passaram a buscar alternativas que conciliem desenvolvimento econômico e sustentabilidade, repensando práticas produtivas e educacionais.

A Constituição Federal de 1988 consolidou o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos, atribuindo responsabilidades tanto ao poder público quanto à coletividade (BRASIL, 1988). As empresas, por exercerem papel central na geração de impactos ambientais, devem adotar estratégias sustentáveis, e, nesse cenário, a contabilidade assume importância fundamental ao registrar, mensurar e evidenciar os efeitos ambientais de suas operações (Ribeiro, 2006).

O debate sobre sustentabilidade ganhou projeção global com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro, e foi reforçado por iniciativas como a Rio+10 e o Protocolo de Kyoto, que estabeleceram compromissos para a redução da emissão de poluentes (Ribeiro, 2010). Desde então, pressões sociais e mercadológicas levaram as organizações a incorporar práticas sustentáveis, influenciando também a evolução da ciência contábil (Mendes, 2010).

A relevância do ensino da contabilidade ambiental nas universidades torna-se cada vez mais evidente diante de iniciativas globais e nacionais voltadas à mitigação das mudanças climáticas, como demonstrado pela compensação de 130 mil toneladas de CO<sub>2</sub> realizada pelo Governo do Brasil e pela Caixa Econômica Federal durante a COP30, reconhecida oficialmente pelas Nações Unidas. A neutralização completa das emissões do evento, assegurada por procedimentos de rastreabilidade e transparência, evidencia a crescente necessidade de profissionais capazes de compreender e aplicar ferramentas como os créditos de carbono, que representam

toneladas de CO<sub>2</sub> evitadas ou removidas da atmosfera e movimentam um mercado internacional em expansão (COP30, 2025). Nesse cenário, a contabilidade assume papel estratégico ao mensurar, registrar e valorar esses créditos, garantindo confiabilidade às operações e contribuindo para relatórios de sustentabilidade e decisões corporativas. Assim, a formação acadêmica passa a desempenhar função essencial na preparação de futuros contadores para atuar em um ambiente onde práticas sustentáveis, gestão de riscos climáticos e compromisso ambiental são cada vez mais exigidos.

A Contabilidade Ambiental surge como resposta a essas demandas, oferecendo instrumentos para mensuração e divulgação dos impactos ambientais, promovendo maior transparência e responsabilidade nas empresas (Ribeiro, 2006; Silva, 2012). Além de atender às exigências legais, essa abordagem fornece suporte para decisões estratégicas que integram aspectos econômicos, sociais e ambientais. Contudo, pesquisas apontam que o conhecimento sobre essa temática ainda é incipiente, mesmo com a inclusão gradual do tema nos cursos de graduação (Maciel, 2009; Calixto, 2006; Faria et al., 2013).

Nesse contexto, a educação exerce papel essencial na formação de profissionais conscientes da relevância da variável ambiental. Barbieri e Sousa (2005) destacam que a disseminação da educação ambiental é indispensável para a consolidação de práticas sustentáveis, o que, no caso das Ciências Contábeis, exige a inclusão da temática nos currículos, aliando teoria e prática para formar profissionais preparados para orientar empresas na adoção de condutas responsáveis.

Embora a contabilidade tenha potencial para alinhar objetivos econômicos à sustentabilidade, no Brasil ainda não há obrigatoriedade legal para divulgação padronizada dos gastos e investimentos ambientais, o que compromete a transparência (Ferreira et al., 2009). Apesar disso, algumas empresas já apresentam informações ambientais em relatórios e notas explicativas, ainda que de forma não padronizada e sem auditoria (Gray et al., 1996; Medley, 1997).

Parte-se da hipótese de que os discentes possuem conhecimento limitado sobre o tema, reflexo da carência de disciplinas específicas e da pouca inserção da Contabilidade Ambiental nas matrizes curriculares (Maciel, 2009; Sampaio, 2011; Faria et al., 2013). Assim, este estudo tem como objetivo analisar o grau de conhecimento desses estudantes, investigando sua compreensão conceitual, a presença da temática na grade curricular e sua percepção quanto à importância do tema para a prática contábil.

Sendo assim, especificamente, o estudo sobre o "nível de conhecimento dos estudantes de Ciências Contábeis sobre Contabilidade Ambiental" no Espírito Santo objetiva (i) identificar o nível de conhecimento conceitual dos estudantes de Ciências Contábeis da Grande Vitória acerca da Contabilidade Ambiental, (ii) verificar a presença e a abordagem da temática da Contabilidade Ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das instituições públicas e privadas da cidade, (iii) analisar a percepção dos estudantes quanto à relevância da Contabilidade

Ambiental para a prática profissional e para a inserção de práticas sustentáveis no ambiente empresarial.

A relevância desta pesquisa está em fomentar discussões sobre a ampliação da abordagem da Contabilidade Ambiental nos cursos de Ciências Contábeis, considerando que a formação acadêmica é determinante para a preparação de profissionais capazes de lidar com desafios ambientais, legais e sociais. Nesse sentido, essa análise é essencial para compreender se a formação acadêmica está preparando adequadamente os futuros contadores para atender às demandas de um mercado cada vez mais orientado pela sustentabilidade. Estudos como os de Gray et al. (1996) e Medley (1997) reforçam que a contabilidade tem oportunidade de se consolidar como área estratégica diante das demandas globais, tornando essencial a identificação das lacunas no conhecimento dos futuros contadores.

O estudo delimita-se aos estudantes do curso de Ciências Contábeis das instituições públicas e privadas situadas em Vitória-ES, com foco no conhecimento teórico sobre Contabilidade Ambiental, sem abordar práticas profissionais ou casos específicos de empresas que aplicam a temática.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL**

A crescente preocupação com as questões ambientais e a busca por um desenvolvimento que contemple aspectos econômicos, sociais e ecológicos impulsionaram mudanças significativas na forma como as organizações se relacionam com o meio ambiente. A contabilidade, como ciência que acompanha as transformações sociais e econômicas, passou a incorporar essas demandas em seu escopo de atuação, dando origem à chamada Contabilidade Ambiental. Essa vertente busca registrar, mensurar e evidenciar os efeitos das atividades empresariais sobre o meio ambiente, tornando-se um importante instrumento para a gestão sustentável (Santos et al., 2001).

Historicamente, a contabilidade tem se moldado às necessidades da sociedade. Gonçalves et al. (2005) ressaltam que essa ciência, uma das mais antigas do mundo, precisou adaptar-se às novas exigências sociais e ambientais. Assim, a contabilidade ambiental surge como resposta à necessidade de compreender e divulgar os impactos ecológicos provocados pelas operações das entidades, permitindo que estas assumam uma postura mais responsável diante da degradação ambiental.

Guimarães (2000) destaca que o meio ambiente é um sistema complexo, formado por elementos vivos e não vivos, que interagem entre si de forma equilibrada. No entanto, com o avanço industrial ocorrido ao longo do século XX, especialmente após as revoluções industriais, esse equilíbrio foi comprometido. Seiffert (2009) complementa ao afirmar que o crescimento da indústria, embora tenha promovido o progresso econômico, resultou também em sérios impactos ambientais, evidenciando a

necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, pautado na sustentabilidade.

Nesse contexto, a contabilidade ambiental passou a ser reconhecida como um instrumento essencial para a gestão empresarial moderna, atuando como elo entre as organizações e a sociedade. Segundo Tinoco e Kraemer (2008), a função principal dessa vertente contábil é refletir e tornar transparentes as relações das empresas com o meio ambiente, contribuindo para a tomada de decisões mais conscientes e responsáveis. Para Otto e Damalgro (2002), além de mensurar os impactos ambientais, a contabilidade ambiental deve registrar de forma precisa os custos, ativos, passivos e despesas ambientais, de modo a fornecer informações claras e confiáveis a todos os usuários das demonstrações contábeis.

A abordagem contemporânea do desenvolvimento vai além do crescimento econômico. Autores como Veiga (2010), Souza (2012) e Almeida (2007) argumentam que não é mais possível dissociar progresso econômico de equilíbrio ecológico. Para que uma sociedade seja considerada verdadeiramente desenvolvida, é imprescindível que seus avanços estejam em harmonia com os limites naturais do planeta. Cavalcanti (2009) reitera que os processos econômicos dependem diretamente dos elementos naturais, como a água, a biodiversidade e os recursos do solo, sendo, portanto, inseparáveis do meio ambiente.

A partir dessa perspectiva, a contabilidade se apresenta como ferramenta fundamental na promoção da sustentabilidade. Ribeiro (2006) reforça que os eventos e transações de natureza econômico-financeira relacionados ao meio ambiente devem ser devidamente mensurados e evidenciados nos relatórios contábeis, tornando possível a avaliação do desempenho ambiental das organizações. A aplicação da contabilidade ambiental, portanto, não se limita ao cumprimento de normas legais, mas à adoção de uma postura ética e proativa diante das questões ambientais, integrando as esferas social, econômica e ecológica.

## 2.2 CONCEITOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Contabilidade Ambiental é um desdobramento da contabilidade tradicional, que passa a abranger os impactos ecológicos das atividades empresariais. Essa abordagem amplia o olhar contábil para além dos resultados financeiros convencionais, contemplando também os efeitos socioambientais, e contribuindo para a construção de uma gestão mais sustentável e transparente (Tinoco; Kraemer, 2008).

### 2.2.1 Ativos ambientais

Os ativos ambientais consistem em investimentos realizados pelas empresas com a finalidade de preservar, recuperar ou proteger o meio ambiente. De acordo com Ribeiro (2006), são considerados ativos ambientais todos os bens e direitos que tenham potencial de gerar benefícios econômicos futuros e que estejam diretamente relacionados a práticas sustentáveis. Esses ativos podem estar representados na

aquisição de equipamentos de controle ambiental, em tecnologias limpas ou ainda em investimentos na recuperação de áreas degradadas.

Esses ativos devem ser classificados de maneira específica nas demonstrações contábeis, podendo ser subdivididos em ativo circulante ambiental, realizável ambiental e ativo permanente ambiental. Para garantir a transparência dessas informações, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Resolução nº 1.288/10, que trata da contabilização de fundos destinados à prevenção de perdas ambientais, reabilitação de áreas contaminadas e desativação de instalações. Essa norma enfatiza a necessidade de separar tais ativos nas demonstrações contábeis, permitindo aos usuários avaliar com clareza o comprometimento da empresa com as questões ambientais (CFC, 2010).

### **2.2.2 Passivos ambientais**

Os passivos ambientais, por sua vez, representam as obrigações da empresa em relação aos danos causados ao meio ambiente, ou ainda os custos decorrentes da necessidade de preservação e recuperação ambiental. Segundo Ribeiro (2006), esses passivos surgem a partir de eventos econômicos que exigem sacrifícios de benefícios futuros, sendo originados, muitas vezes, por condutas inadequadas ou pela omissão frente às exigências legais.

Paiva (2009) classifica os passivos ambientais em normais e anormais. Os normais decorrem diretamente do processo produtivo, como a emissão controlada de resíduos e a geração de efluentes, passíveis de gestão e reaproveitamento. Já os passivos anormais resultam de eventos imprevisíveis, como acidentes ambientais provocados por causas naturais, por exemplo, desastres climáticos. Independentemente de sua origem, esses passivos devem ser reconhecidos com base em três tipos de obrigações: legais (decorrentes de legislação), justas (relacionadas à ética e à responsabilidade social) e construtivas (ações voluntárias voltadas ao bem-estar coletivo).

### **2.2.3 Gastos ambientais**

Gastos ambientais referem-se aos valores desembolsados pelas organizações com o intuito de mitigar ou prevenir impactos ambientais negativos. Conforme Paiva (2009), esses gastos representam um sacrifício financeiro para a empresa, que pode não gerar, necessariamente, retorno imediato, mas que contribui significativamente para o bem-estar social e ambiental. Eles podem ser classificados como gastos ativados, quando representam benefícios futuros e são registrados no ativo da empresa, ou não ativados, quando são considerados despesas do exercício, como treinamentos ou manutenções ambientais.

Ribeiro (2006) destaca que os custos ambientais devem incluir todas as despesas que se relacionam, direta ou indiretamente, com a proteção do meio ambiente. Isso envolve desde a aquisição de tecnologias limpas até as ações de remediação ambiental, como o tratamento de resíduos ou despoluição de áreas afetadas. Além

disso, há casos em que esses gastos são considerados perdas, como nos casos de autuações por infrações ambientais, que geram novos passivos.

Paiva (2009) ainda ressalta que tais investimentos impactam diretamente a reputação da empresa. A depender de sua natureza e finalidade, os gastos ambientais podem contribuir tanto para a valorização da imagem institucional quanto para sua degradação, influenciando a relação com consumidores, investidores e a sociedade.

#### **2.2.4 Receitas ambientais**

Ainda que o principal objetivo da gestão ambiental não seja gerar lucro, é possível identificar receitas que resultam de práticas sustentáveis. Tinoco e Kraemer (2008) apontam que as receitas ambientais podem derivar da prestação de serviços relacionados à gestão ecológica, da venda de materiais reciclados, da reutilização de resíduos ou ainda da redução no consumo de insumos, como água e energia.

Essas receitas também podem representar ganhos de imagem e reputação. Uma empresa reconhecida por suas ações sustentáveis pode conquistar novos clientes e mercados, atraídos por seus compromissos socioambientais. Dessa forma, mesmo que indiretamente, o desempenho ambiental positivo pode gerar benefícios econômicos reais, contribuindo para a competitividade da organização.

#### **2.2.5 ESG (Environmental, Social and Governance)**

O conceito de ESG (Environmental, Social and Governance) surge como uma ampliação prática do ideal de sustentabilidade, introduzindo uma abordagem que integra dimensões ambientais, sociais e de governança às estratégias corporativas. De acordo com Bassen e Kovács (2008), essas informações ultrapassam os limites dos relatórios financeiros tradicionais, abrangendo indicadores de desempenho ético, social e ambiental. Essa visão encontra base no entendimento de que o desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de equilíbrio, mas um processo contínuo de transformação (Costa; Ferenzi, 2021). Dentro desse contexto, a contabilidade assume um papel essencial ao registrar, mensurar e divulgar dados que permitem avaliar o impacto das atividades empresariais sobre o meio ambiente e a sociedade, auxiliando gestores e investidores na tomada de decisões mais responsáveis e transparentes (Ribeiro, 2013; Monteiro, 2023).

A adoção de práticas alinhadas aos princípios ESG exige das organizações uma postura ética e estratégica, que vai além do simples cumprimento das legislações ambientais. Conforme Nascimento (2012), o desenvolvimento sustentável deve ser compreendido de forma integrada, considerando a interdependência entre as dimensões ambiental, social e econômica. Assim, a contabilidade ambiental atua como elo entre esses três eixos, promovendo a harmonia entre desempenho financeiro e responsabilidade socioambiental.

No campo da educação contábil, compreender os princípios de ESG torna-se essencial para a formação de profissionais preparados para as novas exigências do mercado. Como aponta Ribeiro (2013), a contabilidade é uma ciência social aplicada que reflete a realidade patrimonial das entidades, e, portanto, deve evoluir junto às

mudanças socioambientais. Inserir a temática ESG nas disciplinas contábeis contribui para desenvolver competências críticas e éticas nos futuros contadores, capazes de interpretar relatórios sustentáveis, elaborar demonstrações integradas e avaliar riscos não financeiros. Tal formação é indispensável para que os egressos possam atuar em empresas que adotam práticas de governança transparente e responsabilidade social, ampliando o papel da contabilidade como promotora do desenvolvimento sustentável (Monteiro, 2023).

## 2.3 BALANÇO SOCIOAMBIENTAL, NOTAS EXPLICATIVAS E GESTÃO AMBIENTAL

A crescente preocupação da sociedade com os efeitos da atividade empresarial sobre o meio ambiente gerou a necessidade de maior transparência por parte das organizações. Nesse contexto, instrumentos como o Balanço Socioambiental e as Notas Explicativas Ambientais passaram a ser fundamentais para evidenciar o comprometimento das empresas com a sustentabilidade.

### 2.3.1 Balanço socioambiental

O Balanço Socioambiental, também conhecido como Balanço Social ou Balanço Ambiental, tem como principal função apresentar, de forma clara e acessível, as ações desenvolvidas pela entidade em prol da sociedade e do meio ambiente. De acordo com Antunes (2000), esse demonstrativo visa tornar público qualquer fato ou atitude da organização que possa, direta ou indiretamente, impactar o meio ambiente e a sociedade, sendo essas ações mensuráveis em valores monetários.

Conforme Ribeiro (2006), a contabilidade ambiental contribui para a preservação ambiental ao promover a evidenciação de eventos econômico-financeiros de natureza ambiental, registrando investimentos, custos e obrigações ambientais nas demonstrações contábeis. O objetivo principal é informar aos diversos públicos, acionistas, consumidores, órgãos reguladores e sociedade civil, como a empresa está lidando com suas responsabilidades socioambientais.

A Resolução CFC nº 1.003/04, que aprovou a NBC T 15, reforça essa necessidade ao estabelecer procedimentos para a evidenciação de informações de natureza social e ambiental. A norma prevê que as organizações devem divulgar dados sobre geração e distribuição de riqueza, interação com a comunidade, gestão de recursos humanos e impactos ambientais. O intuito é permitir uma análise mais ampla do desempenho empresarial, indo além dos números financeiros tradicionais.

### 2.3.2 Notas explicativas ambientais

As Notas Explicativas Ambientais complementam as demonstrações financeiras, trazendo informações detalhadas sobre critérios contábeis utilizados na mensuração de ativos e passivos ambientais, avaliação de estoques, depreciação de bens ecológicos e investimentos em sustentabilidade. Antunes (2000) afirma que as notas

explicativas são essenciais para esclarecer fatos que não estão suficientemente evidenciados nos demonstrativos contábeis convencionais.

Essas notas também possibilitam que a empresa demonstre de forma transparente sua política ambiental, metas estabelecidas e os critérios usados para avaliar seus impactos ecológicos. Conforme Ribeiro (2006), é recomendável que as organizações incluam nos relatórios informações sobre suas metas ambientais, gastos com recuperação de áreas degradadas, provisões para desativação de equipamentos poluentes e outras obrigações decorrentes de sua interação com o meio ambiente.

Esse nível de detalhamento é fundamental para que os usuários das demonstrações, como analistas financeiros, investidores e órgãos fiscalizadores, possam avaliar corretamente o grau de responsabilidade ambiental da empresa. A ausência dessas informações ou a omissão de práticas nocivas pode comprometer a imagem institucional e até gerar sanções legais.

#### **2.3.4 Gestão ambiental**

A gestão ambiental representa o conjunto de práticas e políticas adotadas pelas empresas com o objetivo de reduzir ou eliminar os impactos negativos de suas atividades sobre o meio ambiente. Trata-se de um processo estratégico que vai além do cumprimento de obrigações legais, englobando aspectos culturais, educacionais, operacionais e tecnológicos.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008), a gestão ambiental envolve a estruturação organizacional, os procedimentos, os recursos e os métodos adotados para implementar e manter uma política ambiental eficaz. As empresas que adotam sistemas de gestão ambiental tendem a ser mais competitivas, inovadoras e eficientes, uma vez que conseguem alinhar seus processos produtivos com as demandas por sustentabilidade.

Barbieri (2006) destaca que a gestão ambiental compreende ferramentas como auditorias ambientais, rotulagem ecológica, relatórios ambientais e estudos de impacto ambiental. Esses instrumentos ajudam as organizações a diagnosticar, monitorar e corrigir possíveis desvios relacionados à sua interação com o meio ambiente. Além disso, a gestão ambiental só é eficaz quando há envolvimento ativo de todos os setores da empresa, incluindo direção, funcionários, fornecedores e clientes. Como salienta Barbieri (2006), a integração entre as áreas internas e a disseminação da cultura ambiental são fundamentais para garantir a eficácia das ações sustentáveis.

Dessa forma, é possível afirmar que a gestão ambiental é mais do que um diferencial competitivo: é uma necessidade frente às exigências de um mercado cada vez mais atento às práticas corporativas. A adoção de práticas responsáveis gera valor não apenas econômico, mas também social e ambiental, fortalecendo o compromisso da empresa com a sociedade e com as futuras gerações.

## 2.4 EDUCAÇÃO CONTÁBIL E O NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES SOBRE A CONTABILIDADE AMBIENTAL

A educação contábil tem papel essencial na formação de profissionais capazes de compreender as novas demandas do mercado e os desafios impostos pela sustentabilidade. Para que o contador atue como agente de transformação social e ambiental, é necessário que sua formação contemple conteúdos que relacionem a prática contábil às questões ecológicas e éticas. De acordo com Barbieri e Sousa (2005), a educação ambiental é um dos pilares para a consolidação de uma sociedade sustentável, e sua integração ao ensino superior é fundamental para desenvolver a consciência crítica dos futuros profissionais.

No âmbito das Ciências Contábeis, essa necessidade torna-se ainda mais evidente, uma vez que a Contabilidade Ambiental fornece instrumentos para a mensuração e a divulgação dos impactos das atividades empresariais sobre o meio ambiente. Maciel (2009) ressalta que a incorporação de disciplinas voltadas à Contabilidade Ambiental nos currículos acadêmicos é fundamental para que os alunos compreendam como a informação contábil pode apoiar práticas sustentáveis nas organizações. No entanto, estudos como os de Sampaio (2011) apontam que o tema ainda é pouco explorado nas matrizes curriculares brasileiras, o que limita a formação de profissionais preparados para lidar com as exigências da sustentabilidade.

Essa lacuna na formação se reflete diretamente no baixo nível de conhecimento dos estudantes sobre a temática ambiental. Faria et al. (2013) destacam que a carência de conteúdos específicos e de abordagens interdisciplinares dificulta a compreensão da contabilidade como ferramenta de responsabilidade social. A educação contábil, portanto, deve ser repensada para integrar, de forma transversal, conteúdos que promovam a ética, a sustentabilidade e a gestão ambiental, permitindo que o contador compreenda sua função estratégica no equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente.

A inclusão da Contabilidade Ambiental na formação acadêmica também favorece a inserção dos futuros profissionais em um mercado cada vez mais orientado por critérios socioambientais. Conforme Sá (2010), a preparação dos contadores para compreender e aplicar informações ambientais nas demonstrações financeiras amplia sua competência técnica e ética, tornando-os protagonistas na construção de uma economia sustentável. Assim, é possível afirmar que a qualidade da educação contábil está diretamente relacionada ao nível de conhecimento dos estudantes sobre a Contabilidade Ambiental e à capacidade de traduzirem esse conhecimento em práticas profissionais socialmente responsáveis.

## 2.5 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NA TOMADA DE DECISÕES EMPRESARIAIS

A Contabilidade Ambiental tem se consolidado como um dos instrumentos mais relevantes para o desenvolvimento sustentável das organizações, uma vez que permite mensurar e evidenciar os impactos ambientais decorrentes das atividades

empresariais. Ribeiro (2006) destaca que a contabilidade deve identificar, mensurar e divulgar as informações ambientais de forma transparente, possibilitando que gestores e investidores compreendam o real desempenho socioambiental das empresas.

Tinoco e Kraemer (2008) reforçam que a contabilidade ambiental atua como ferramenta de gestão, pois fornece dados capazes de apoiar decisões estratégicas voltadas à sustentabilidade. Ao contabilizar custos e investimentos ambientais, a contabilidade permite que as empresas avaliem a viabilidade de projetos sustentáveis e adotem medidas preventivas contra passivos ecológicos. Essa prática amplia a eficiência na alocação de recursos e fortalece a imagem corporativa diante da sociedade.

Ferreira et al. (2009) argumentam que a evidenciação de informações ambientais nas demonstrações contábeis favorece a transparência e a responsabilidade corporativa, contribuindo para que a contabilidade assuma um papel de agente social. Nesse sentido, a função do contador vai além da técnica: ele se torna um mediador entre as demandas econômicas e as responsabilidades ambientais das organizações.

A formação profissional, portanto, deve preparar o contador para compreender a importância da contabilidade como instrumento de gestão ambiental. Calixto (2006) observa que o ensino contábil precisa ser orientado por uma visão sistêmica, capaz de articular princípios econômicos, ecológicos e éticos. Essa perspectiva amplia a atuação do contador, permitindo que ele colabore para o desenvolvimento de práticas empresariais sustentáveis.

De acordo com Paiva (2009), a contabilização adequada de ativos, passivos, despesas e receitas ambientais é essencial para que as organizações possam avaliar de forma precisa seus impactos sobre o meio ambiente. A integração desses dados nos relatórios contábeis fortalece a governança corporativa e promove a tomada de decisões mais conscientes. Dessa forma, a Contabilidade Ambiental não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como um diferencial competitivo e um compromisso ético com a sociedade.

Em síntese, a Contabilidade Ambiental constitui um elo entre a sustentabilidade e a gestão empresarial, contribuindo para a construção de organizações mais responsáveis e transparentes. Ao integrar esse conhecimento à formação acadêmica e à prática profissional, a contabilidade reafirma seu papel social, transformando-se em um instrumento essencial para a promoção de um modelo de desenvolvimento equilibrado e sustentável.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois teve como objetivo apresentar, de forma organizada, as características de um grupo de estudantes do curso de Ciências Contábeis, com base na coleta e análise das informações obtidas. Esse tipo de investigação tem como finalidade retratar atributos de uma população,

permitindo compreender suas percepções e identificar possíveis relações entre variáveis. Nesse sentido, conforme aponta Beuren (2004), pesquisas descritivas visam “relatar atributos de um grupo, evento ou fenômeno”, apoiando-se em procedimentos padronizados que possibilitam maior fidedignidade aos resultados.

O procedimento de coleta de dados foi estruturado de forma sequencial, iniciando-se pela delimitação do problema de pesquisa e pela elaboração do instrumento utilizado para a obtenção das informações. O questionário, composto por 15 perguntas, sendo 14 obrigatórias e uma opcional, foi elaborado digitalmente e submetido a um pré-teste com alguns estudantes, garantindo que as perguntas estivessem claras e adequadas. Essa etapa preliminar buscou garantir que o instrumento captasse, de forma precisa, as opiniões, percepções e níveis de conhecimento dos participantes, características essenciais em questionários estruturados direcionados à investigação educacional.

A aplicação do questionário ocorreu entre os dias 30/10/2025 e 15/11/2025, sendo disponibilizado digitalmente para ampliar o alcance entre os estudantes. O formato online permitiu maior acessibilidade e incentivou a participação voluntária dos respondentes, ao mesmo tempo em que assegurou o anonimato e a ética no processo de pesquisa. A população-alvo compreendeu estudantes de Ciências Contábeis matriculados em Instituições de Ensino Superior de Vitória – ES, resultando em uma amostra final de 72 participantes. Trata-se de uma amostragem não probabilística, estratégia comum em pesquisas aplicadas no contexto educacional, sobretudo quando se pretende captar percepções específicas. Nesse sentido, Cesário et al. (2020) destacam que a pesquisa exploratória frequentemente adota amostras desse tipo, pois “permite investigar fenômenos conforme a disponibilidade e acessibilidade dos sujeitos”.

A pesquisa utilizou predominantemente uma abordagem qualitativa, sendo apoiada por técnicas quantitativas para organizar e examinar os dados obtidos. A dimensão qualitativa foi essencial para compreender, de forma contextualizada, as percepções dos estudantes sobre a Contabilidade Ambiental. Já os procedimentos quantitativos contribuíram para estruturar as respostas e identificar padrões de frequência. Para isso, os dados foram tabulados e sistematizados no software Microsoft Excel, que apoiou tanto o tratamento estatístico quanto a elaboração dos gráficos e tabelas apresentados nos resultados.

A análise dos dados fundamentou-se na estatística descritiva, com o cálculo de frequências simples e percentuais, metodologia adequada para estudos que visam identificar tendências, convergências e divergências nas opiniões dos participantes. Esse tipo de análise possibilitou visualizar, de forma objetiva, o nível de conhecimento dos estudantes, suas percepções sobre a formação acadêmica e a relevância atribuída ao tema da Contabilidade Ambiental. Nesse sentido, Teixeira (apud Cesário et al., 2020) afirma que a análise dos dados é essencial para “conferir significado aos resultados obtidos e relacioná-los ao problema investigado”, contribuindo para a construção de interpretações fundamentadas e coerentes.

Assim, a metodologia adotada permitiu reunir um conjunto consistente de informações sobre o conhecimento e a percepção dos estudantes a respeito da Contabilidade

Ambiental, oferecendo subsídios necessários para a discussão dos achados e para reflexões acerca da formação acadêmica no campo contábil. A combinação entre procedimentos qualitativos e quantitativos garantiu uma análise completa e alinhada aos objetivos da pesquisa.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente análise teve como objetivo interpretar os dados coletados entre os dias 30 de outubro e 15 de novembro, por meio do questionário aplicado aos discentes do curso de Ciências Contábeis de 05 Instituições de Ensino Superior (IES) do Espírito Santo. A pesquisa tem como foco principal analisar o grau de conhecimento desses estudantes, investigando sua compreensão conceitual, a presença da temática na grade curricular e sua percepção quanto à importância do tema para a prática contábil. A pesquisa, de caráter quantitativo, contou com a participação de 72 alunos de diversas fases do curso, oriundos tanto de instituições públicas quanto privadas.

Na tabela 1, os dados refletem a autodeclaração de gênero dos participantes, com predominância do público feminino, contando com 63,90% da participação.

Tabela 1 – Distribuição dos Respondentes por Gênero

<b>Gênero</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Masculino	36,10%
Feminino	63,90%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

A tabela 2 indica uma predominância do ensino público na amostra analisada, o que pode refletir a realidade regional ou o perfil dos participantes.

Tabela 2 – Quantitativo de estudantes de IES pública e privada

<b>IES</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Pública	56,90%
Privada	43,10%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

Na tabela 3, que indica a idade dos estudantes de ciências contábeis, nota-se a predominância dos estudantes que tem entre 20 e 25 anos de idade.

Tabela 3 – Faixa etária dos estudantes

<b>Faixa Etária</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Menos de 20 anos	19,40%
De 20 a 25 anos	50%
De 26 a 30 anos	12,50%

Mais que 30 anos	18,10%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

Observa-se na tabela 4, que a maioria dos participantes estão nos primeiros períodos do curso, o que pode indicar que ainda não tiveram contato com outras áreas da contabilidade.

Tabela 4 – Período Atual dos Respondentes no Curso

<b>Período</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
1° ao 2°	29,20%
3° ao 4°	23,60%
5° ao 6°	25%
7° ao 8°	22,20%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

A tabela 5 mostra que a grande maioria dos estudantes não teve nenhum contato prévio com a contabilidade ambiental, o que pode indicar um déficit desse conteúdo nas instituições de ensino superior. Ainda sobre a tabela 5 nota-se que todos os estudantes que responderam de forma positiva são de instituição pública.

Tabela 5 – Conhecimento prévio a respeito da contabilidade ambiental

<b>Opinião dos Discentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim	79,20%
Não	20,80%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

A tabela 6 aponta que em sua maioria os estudantes ou não possuem a disciplina ou não sabem informar se possuem, vale ressaltar que, assim como na tabela 5, todos os respondentes que responderam positivamente são de instituição pública, o que pode indicar a falta desse conteúdo nas IES privadas do Espírito Santo.

Tabela 6 – Percepção sobre as IES dos respondentes ofertarem disciplinas específicas relacionadas a contabilidade ambiental

<b>Opinião dos Discentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim	37,50%
Não	19,40%
Não sei informar	43,10%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

A Tabela 7 evidencia que os discentes atribuem elevado nível de relevância à contabilidade ambiental para o exercício da profissão contábil. Nota-se que 84,70% dos participantes consideram o tema importante ou muito importante, indicando ampla percepção de que esse conhecimento é significativo para a prática profissional. Esses dados sugerem que, para a maioria dos futuros profissionais, a contabilidade ambiental é entendida como uma competência essencial.

Tabela 7 – Percepção sobre o nível de relevância da contabilidade ambiental para o exercício da profissão Contábil

<b>Opinião dos Discentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Muito importante	38,90%
Importante	45,80%
Pouco importante	13,90%
Sem importância	1,40%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

A Tabela 8 demonstra que há um consenso significativo entre os discentes quanto à responsabilidade das empresas em divulgar informações sobre seus impactos ambientais por meio de relatórios contábeis. Observa-se que 84,70% dos respondentes acreditam que essas divulgações são necessárias, o que revela uma forte expectativa pela transparência no âmbito empresarial. Esses resultados reforçam também a percepção predominante de que a contabilidade deve incluir, além dos aspectos financeiros tradicionais, informações socioambientais.

Tabela 8 – Percepção sobre o dever das empresas de divulgarem informações sobre seus impactos ambientais em relatórios Contábeis

<b>Opinião dos Discentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim	84,70%
Não	12,50%
Indiferente	2,80%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

A Tabela 9 evidencia uma percepção generalizada de falta de preparo para lidar com informações ambientais na prática contábil. Nenhum discente se considera totalmente preparado, enquanto a maioria (76,40%) afirma não possuir preparo adequado e 23,60% sente-se apenas parcialmente preparada. Esses dados indicam lacunas na formação acadêmica e apontam para a necessidade de maior inclusão de conteúdos de contabilidade ambiental na graduação.

Tabela 9 – Percepção sobre o preparo dos respondentes para atuar profissionalmente com informações ambientais no âmbito da contabilidade

<b>Opinião dos Discentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim	0,00%

Não	76,40%
Parcialmente	23,60%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

A Tabela 10 mostra que a maior parte dos discentes compreende adequadamente o principal objetivo da contabilidade ambiental, visto que 87,50% responderam corretamente. Esses resultados sugerem que, embora existam lacunas em outros aspectos da formação, conforme tabelas anteriores, os estudantes demonstram boa assimilação do conceito fundamental que orienta a contabilidade ambiental.

**Tabela 10 – Percepção sobre o principal objetivo da contabilidade ambiental**

<b>Opinião dos Discentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Responderam corretamente	87,50%
Responderam incorretamente	12,50%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

Na Tabela 11 nota-se um baixo nível de familiaridade dos discentes com normas contábeis brasileiras ou internacionais relacionadas à divulgação de informações ambientais. A maioria, 54,20%, declara não ter qualquer conhecimento sobre o tema. Esses dados reforçam a necessidade de maior abordagem normativa nos conteúdos de contabilidade ambiental ao longo da graduação.

**Tabela 11 – Percepção sobre o conhecimento de normas contábeis brasileiras ou internacionais relacionadas a divulgação de informações ambientais**

<b>Opinião dos Discentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim, conheço algumas	11,10%
Já ouvi falar, mas não conheço em detalhe	34,70%
Não possuo conhecimento sobre o tema	54,20%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

A Tabela 12 indica, assim como na tabela 10, que a maior parte dos discentes compreende adequadamente o conceito de passivo ambiental, visto que 81,90% responderam corretamente. Os resultados mostram que, embora não tenham tido contato com o tema, os estudantes demonstram boa assimilação do conceito de passivo na contabilidade ambiental.

**Tabela 12 – Percepção sobre o conceito de passivo ambiental**

<b>Opinião dos Discentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Responderam corretamente	81,90%
Responderam incorretamente	18,10%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

A Tabela 13 revela que a percepção dos discentes sobre o preparo acadêmico para lidar com questões ambientais na contabilidade é majoritariamente moderada ou insuficiente. A maior parte dos respondentes 84,70% considera que a formação oferece apenas preparo parcial ou que não há preparo adequado. Apenas 15,30% acreditam que a graduação contempla satisfatoriamente tal conteúdo. Esses resultados evidenciam a necessidade de fortalecer a abordagem da contabilidade ambiental na formação profissional.

**Tabela 13 – Percepção sobre a formação acadêmica atual oferecer preparo adequado para lidar com questões ambientais no âmbito da contabilidade**

<b>Opinião dos Discentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim	15,30%
Não	31,90%
Parcialmente	52,80%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

A Tabela 14 demonstra um forte consenso entre os discentes quanto à importância da contabilidade ambiental na formação contábil. A ampla maioria 70,80% acredita que a disciplina deveria ser obrigatória na grade curricular, enquanto apenas 5,60% discordam dessa necessidade. Além disso, 23,60% se mostram indiferentes, indicando certo distanciamento do tema. Esses dados reforçam a demanda por uma formação mais alinhada às práticas e exigências ambientais contemporâneas.

**Tabela 14 – Percepção sobre a contabilidade ambiental ser componente obrigatório na grade curricular do curso de ciências contábeis.**

<b>Opinião dos Discentes</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim	70,80%
Não	5,60%
Indiferente	23,60%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: Dados da pesquisa com alunos de instituições de ensino superior, 2025

Os resultados demonstram, de forma consistente, que embora os estudantes reconheçam a importância da Contabilidade Ambiental para a prática profissional, seu nível de conhecimento sobre o tema ainda é limitado. A predominância de respostas que indicam falta de contato prévio com a área, ausência de disciplinas específicas e baixa familiaridade com normas ambientais reflete uma lacuna significativa na formação acadêmica atual. Apesar disso, os estudantes demonstram boa assimilação de conceitos fundamentais, como o objetivo da contabilidade ambiental e a definição de passivo ambiental, o que evidencia potencial de aprendizagem quando o conteúdo é devidamente apresentado.

Além disso, a análise das percepções evidencia uma demanda clara por maior integração da temática ambiental na grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis. A maioria dos discentes considera que não está preparada para atuar profissionalmente com informações ambientais e acredita que a disciplina deveria ser

componente obrigatório. Esses achados reforçam a necessidade de repensar as práticas pedagógicas e ampliar a abordagem da contabilidade ambiental nas instituições de ensino superior, de modo a formar profissionais aptos a enfrentar os desafios atuais relacionados à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental corporativa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa revelam que, embora os estudantes de Ciências Contábeis demonstrem reconhecer a relevância da Contabilidade Ambiental para o exercício profissional, ainda apresentam um nível limitado de conhecimento sobre o tema. Essa limitação está associada principalmente à falta de disciplinas específicas e à pouca inserção do assunto nas matrizes curriculares das instituições investigadas. Os dados mostram que a maioria dos alunos não se sente preparada para lidar com informações ambientais na prática contábil, ao mesmo tempo em que compreende conceitos básicos relacionados à área, sugerindo potencial de desenvolvimento quando há acesso a conteúdo estruturado.

A análise das respostas também evidencia que os discentes atribuem grande importância à contabilidade ambiental como ferramenta de responsabilidade social e transparência empresarial, reconhecendo a necessidade de divulgar os impactos ambientais e compreender normas e legislações relacionadas. Essa percepção demonstra que os estudantes estão atentos às demandas contemporâneas da profissão contábil, marcada pela crescente valorização de práticas sustentáveis e de governança ética. Contudo, a carência de formação específica compromete a efetividade desse entendimento no âmbito profissional.

A relevância desta pesquisa reside justamente em evidenciar essa lacuna formativa e contribuir para o debate sobre a necessidade de fortalecer a educação ambiental na área contábil. Em um cenário em que empresas, governos e sociedade exigem cada vez mais informações transparentes sobre impactos socioambientais, torna-se imprescindível que os cursos de Ciências Contábeis preparem seus alunos para atuar de forma ética, técnica e responsável. A inserção adequada da contabilidade ambiental nos currículos pode permitir que futuros profissionais desempenhem um papel estratégico na promoção da sustentabilidade empresarial.

Como toda pesquisa, este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. A amostra contemplou exclusivamente estudantes da cidade de Vitória-ES, o que restringe a generalização dos resultados para outras regiões. Além disso, a abordagem quantitativa, embora eficaz para identificar percepções gerais, não aprofunda as motivações individuais que influenciam o conhecimento ou desconhecimento sobre o tema. Outra limitação diz respeito à ausência de análise das práticas pedagógicas específicas adotadas pelas instituições, o que poderia fornecer compreensão ainda mais completa sobre as causas do déficit formativo identificado.

Diante das evidências apresentadas, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo territorial e investiguem comparativamente instituições de diferentes estados, além de incorporar abordagens qualitativas, como entrevistas e grupos focais, que permitam compreender de forma mais profunda as percepções dos discentes. Sugere-se também a realização de estudos que avaliem a eficácia de disciplinas ou projetos de extensão voltados à contabilidade ambiental, contribuindo para o aprimoramento das práticas educacionais. Assim, este estudo busca estimular reflexões e avanços no ensino da Contabilidade Ambiental, reforçando sua importância para a formação de profissionais capazes de atuar em um mercado cada vez mais orientado pela sustentabilidade e pela responsabilidade socioambiental.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. Os desafios da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ANTUNES, C. C. Sociedades sustentáveis: a responsabilidade da contabilidade. In: CONGRESSOS BRASILEIROS DE CONTABILIDADE, 16., 2000, Goiânia. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000.

BARBIERI, J. C.; SOUSA, R. S. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: elementos para uma proposta pedagógica. Revista de Administração Pública, v. 39, n. 2, p. 205-221, 2005.

BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2006.

BASSEN, A.; KOVÁCS, A. M. Environmental, social and Governance key performance indicators from a capital market perspective. In: SSOAR, p. 182–192, 2008.

BEUREN, I. M. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CALIXTO, L. Gestão ambiental e contabilidade: perspectivas e desafios. São Paulo: Atlas, 2006.

CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 5 ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

CESÁRIO, Jonas Magno dos Santos; FLAUZINO, Victor Hugo de Paula; MEJIA, Judith Victoria Castillo. Metodologia científica: principais tipos de pesquisas e suas características. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, Ano 05, Ed. 11, Vol. 05, pp. 23–33, nov. 2020.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. RESOLUÇÃO CFC nº 1.003/04, Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. 2004. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Confirmacao.aspx>. Acesso em: 13 out. 2025.

COP30. COP30 Brasil Amazônia, 2025. Brasil entrega COP30 carbono zero, com 130 mil toneladas de CO<sub>2</sub> compensadas e certificadas. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/brasil-entrega-cop30-carbono-zero-com-130-mil-toneladas-de-co2-compensadas-e-certificadas>. Acesso em: 27 out. 2025.

COSTA, Eduwardo; FERENZIN, Nataly Bueno. ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND CORPORATE GOVERNANCE) E A COMUNICAÇÃO: O TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE APLICADO ÀS ORGANIZAÇÕES GLOBALIZADAS. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo, Ano 11, v. 02, n. 24, p. 81, 2021.

DANTAS, Beatriz. ESG – É o novo normal – parte I. Blog Digital Business, 2021. Disponível em: <https://www.digitalbusiness.com.br>. Acesso em: 14 out. 2025.

FARIA, A. C. et al. Contabilidade ambiental: evolução e perspectivas. Revista Contabilidade & Finanças, v. 24, n. 61, p. 64-76, 2013.

FERREIRA, D. M. et al. Evidenciação de informações ambientais nas demonstrações contábeis. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 6, n. 11, p. 67-88, 2009.

GONÇALVES, S. S.; HELIODORO, P. A. A contabilidade ambiental como um novo paradigma. Revista Universo Contábil, v. 1, n. 3, p. 81-93, 2005.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J.; WALTERS, D. Accounting for the environment. London: Chapman & Hall, 1996.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental: no consenso um embate?. Campinas: Papirus, 2000.

MACIEL, C. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicação e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEDLEY, P. Environmental accounting: what does it mean to professional accountants? Accounting, Auditing & Accountability Journal, v. 10, n. 4, p. 594-600, 1997.

MENDES, C. Sustentabilidade e contabilidade: desafios e oportunidades. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 4, n. 9, p. 23-40, 2010.

MONTEIRO, Felipe Valadão. ESG (Ambiental, Social e Governança) na Contabilidade. Contnews, 2023. Disponível em: <https://www.portalcontnews.com.br/esg-ambiental-social-egovernanca-na-contabilidade>. Acesso em: 13 out. 2025.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos avançados, p. 55, 2012.

ONU. Nosso Futuro Comum. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

OTTO, Ermani; DALMAGRO, Caroline. Gestão e contabilidade ambiental em empresas do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 9., 2002, São Paulo. Anais. São Paulo: ABC, 2002. CD-ROM.

PAIVA, Paulo Roberto de. Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na preservação. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, M. S. Contabilidade e meio ambiente: uma análise sob a ótica da evidenciação contábil. Revista Brasileira de Contabilidade, v. 35, n. 151, p. 39-52, 2006.

RIBEIRO, M. S. Sustentabilidade e contabilidade: um diálogo necessário. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. São Paulo: Atlas, 2013.

SÁ, A. L. Educação contábil e sustentabilidade: um estudo exploratório. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 182, p. 25-36, 2010.

SAMPAIO, M. A inserção da contabilidade ambiental nos currículos acadêmicos: desafios e possibilidades. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 8, n. 15, p. 91-106, 2011.

SANTOS, A. O.; SILVA, F. B.; SOUZA, S. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras. Revista de Contabilidade & Finanças, v. 12, n. 27, 2001.

SEIFFERT, M. E. B. Gestão ambiental: Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SERRALVO, Paulo Romaro Francisco Antonio. ESG: Uma visão plural. Estação das Letras e Cores, 1 ed., 2022, p. 15.

SILVA, J. Contabilidade ambiental: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica. (apud CESÁRIO et al., 2020).

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO CFC N.º 1.288/10. Aprova a IT 14 – Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental. 2010. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Confirmacao.aspx>. Acesso em: 13 out. 2025.